



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 065

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 065**54ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Ato do Presidente.....	03
Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Designação	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	11
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	14
Dep. José Domingos Scarpellini	14
Dep. Tadeu Veneri.....	15
Grande Expediente:	
Homenagem à Petrobras	
Dep. Natálio Stica	16
Orador:	
Sr. João Oderich - Presidente da	
Petrobras.....	17
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT	
Dep. Neivo Beraldin.....	18
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	18
Discussão / Votação:	
1ª Discussão	19
2ª Discussão (Votação em)	19
2ª Discussão	27
1ª Discussão	28
Requerimentos	29
Encerramento da Sessão	29
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	29
Atas de Comissões	
Tomada de Contas	30
Redação	30

Ato do Presidente:**ATO DO PRESIDENTE Nº 04/06**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 31 de maio de 2006, de autoria dos Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Reni Pereira, Ratinho Júnior, Chico Noroeste, Augustinho Zucchi, Vanderlei Iensen, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Natálio Stica, Valdir Rossoni, Waldir Leite, Marcos Isfer, Arlete Caramês, Nelson Garcia, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk, composta por 07 (sete) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para averiguar possíveis irregularidades em contratos firmados entre as fumageiras e os agricultores, dentre as principais: a obrigatoriedade de aquisição de insumos para o plantio, sendo esses com preços acima do valor praticado no mercado; a falta de transparência, controle mecânico na classificação do fumo, ficando a critério de representantes da empresa, o que na maioria das vezes a jogar o preço muito abaixo, e, segundo os agricultores ora recebe uma classificação, ora outra, e aparentemente ambos apresentam a mesma qualidade.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.06.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

DIÁRIO Nº 065**54ª SESSÃO ORDINÁRIA****4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE JUNHO DE 2006***(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Elton Carlos Welter.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Triano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, André Vargas, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Hermes Fonseca e Vanderlei Iensen (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Designação****DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo ao disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, para representar esta Casa de Leis na Reunião do Conselho Nacional de Educação, no dia 07 de junho na cidade de Brasília.

Curitiba, em 05.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1409**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 296/06, Mensagem nº 45/06 de autoria do Poder Executivo, que objetiva instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, visando garantir a profissionalização e a inclusão de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas, assim como adotar outras providências.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Emenda nº 06 ao Projeto de Lei nº 230/06, item 03, as presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 060/06, Mensagem nº 013/06, de autoria do Poder Executivo, item 02 da Ordem do Dia, por uma Sessão.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 060/06, Mensagem nº 013/06, Projeto de Lei nº 230/06, Mensagem nº 033/06 ambos de autoria do Poder Executivo, item 02 e 03 da Ordem do Dia, por uma Sessão.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da Emenda nº 02 ao Projeto de Lei nº 230/06, item 03, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da Emenda nº 03 ao Projeto de Lei nº 230/06, item 03, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER, destaque para a votação da Emenda nº 04 ao Projeto de Lei nº 060/06, item 02, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1439

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia todo apoio institucional e também autorização para utilização do Plenarinho do Centro Legislativo Anibal Khury, para que seja realizado o lançamento do livro, A Revisão do Ford, de autoria do escritor Ernesto Marchiori no dia 28 de junho, às 10 horas.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação

do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Albertina dos Reis, ocorrido em 29 do corrente, em Santa Isabel do Ivaí-Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Albertina faleceu aos 92 anos de idade. Morava há meio século na cidade de Santa Isabel do Ivaí, sendo, portanto, parte da história daquele município.

Durante toda a sua vida, soube angariar estima, consideração e respeito de todos os que tiveram a ventura de participar da sua amizade. É justa a homenagem prestada pelo Poder Legislativo paranaense à sua memória, afinal, em muito contribuiu para a consolidação do desenvolvimento de uma cidade, mercê dos devotados cuidados na educação de seus filhos, netos e bisnetos e no oferecimento de exemplos de vida comunitária. O seu passamento causou profunda tristeza no meio da população isabelense e nos associamos a esse sentimento, através do presente documento.

Que, da decisão desta Casa, se dê ciência aos seus familiares através do seu filho, o Sr. Jorge de Almeida, Diretor da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Isabel do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 1412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família de Eliza Pizolato Tomazini, pelo seu falecimento ocorrido no último dia 04 de junho de 2006, nesta Capital.

Do aprovado requer ainda, que seja enviada correspondência à família enlutada, externando nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A jovem Eliza Pizolato Tomanizi, filha do Sr. Neivo Tomazini e Sra. Ana Maria Pizolato Tomazini, faleceu aos 23 anos, na data de ontem dia 24 de junho de 2006.

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento de Eliza, filha do ex-Prefeito do município de Realeza, Sr. Neivo Tomazini. Eliza veio estudar em Curitiba e com muita determinação formou-se na Pontifícia Universidade Católica, em Fisioterapia. Trabalhava atual-

mente no Hospital Evangélico de Curitiba. Filha dedicada e de comportamento exemplar, com sua meiguice e carisma cultivou muitos amigos, e agora deixa a todos um sentimento de dor e saudade irreparável.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-la, a lembrança e carinho dessa jovem querida em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares de Eliza Pizolato Tomazini, endereçando votos de profundos pesar e de solidariedade, e rogando a Deus que conforte a todos.

REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luís Massoti, ocorrido no dia 02 de junho p.p., no município de Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os momentos marcam cada existência. Existe o momento da chegada e o momento da partida. Porém, entre os dois, acontece toda uma existência.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Devemos lembrar sempre de Luís como bom esposo, bom pai e um grande companheiro.

Além disso, ficam as lembranças de uma vida repleta de muito trabalho e de dedicação em prol do próximo. “Seo” Luís foi um grande lutador. Fundador do PMDB de São Jorge D’Oeste, teve toda sua trajetória marcada na defesa intransigente das causas justas e voltadas à melhoria da qualidade de vida da população.

A vida é uma passagem e ele cumpriu sua missão e nos deixou. Mas, ficam as sementes de amor que espalhou por onde passou, que, com absoluta certeza, vão gerar belos e bons frutos. A vida não é marcada pela quantidade de anos vividos. Ela deve ser vista pela forma como cada um, dentro das suas capacidades, pôde e soube viver plenamente cada momento.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

Que o Pai Criador, dentro do Seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe Luís em Sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com a partida de uma grande amigo.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente:

O Parlamentar ao final subscrito, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente, REQUERER votos de pesar à família do Sr. Vicente Malepa, incentivador do ramo da agricultura no município de Teixeira Soares-PR, falecido no último dia 31.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar os termos deste voto de pesar à família, em nome do Pe. Joel Malepa, no endereço sito à Praça Madalena Ancitutti, s/nº, Caixa Postal 59, CEP: 84.500-000, Irati-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Wolcov, morador do município de Ibiporã, ocorrido no dia 04/06/06.

Solicito comunicar à família na Rua Paulo Frontin, 344 - Centro - CEP: 86.200-000-Ibiporã.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) JOÃO MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de um pioneiro, membro da família conceituada no município de Ibiporã.

REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações aos professores e funcionários da Escola Municipal Professora Carmem Salmão Teixeira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 1411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pelas passagem do nonagésimo segundo aniversário do município de Foz do Iguaçu, em 10 de junho deste.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Paulo Mac Donald Ghisi, ao Presidente da Câmara Muni-

cipal, Exmo. Sr. Carlos Juliano Budel e demais Vereadores, ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI), Sr. Wanderley Bertolucci Teixeira.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Foz do Iguaçu já se prepara para as festividades alusivas ao aniversário de sua emancipação política, que ocorre no próximo dia 10 de junho deste, quando completa 92 anos.

Perto de seu centenário, Foz do Iguaçu confirma sua vocação de ser a terra de todas as gentes. A união divina das águas inspirou povos de diferentes culturas para, que neste lugar ímpar convivessem harmoniosamente e construíssem uma cidade em que todos pudessem ser felizes.

O progresso e o desenvolvimento estão cada vez mais nítidos e presentes na vida da população iguaçuense. Seu clima e estrutura estimulam práticas ecológicas e esportes aquáticos. Falar da sua importância como pólo turístico mundial é mais que uma obrigação, é um prazer que orgulha todos os paranaenses e brasileiros.

Parabéns Foz do Iguaçu. Parabéns aos iguaçuenses.

REQUERIMENTO Nº 1414

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações a Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo de Curitiba, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese curitibana.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Francisco Juglair, nº 324, Mossunguê, Curitiba-PR - Brasil, CEP: 81200-230.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1415

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Sr. Dr. Mário Fernando de Camargo Maranhão, pelo primeiro ano de gestão que ocorrerá em 21.06.06, na função de Presidente do IQV - Instituto Qualivitaie Mário Maranhão, CNPJ 07.618.120/0001-04, e deseja-se sucesso e felicidade profissional e familiar.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Carmelo Rangel, nº 262, Batel - Curitiba-PR - Brasil, CEP: 80440-050.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1416

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Sr. Ronivaldo Argentão Cathcart, pelo aniversário do primeiro ano de gestão que ocorrerá em 30.07.06, na função de Presidente da Cooperfami = Cooperativa de Produção e Consumo da Agricultura Familiar do Noroeste do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Engenheiro Rebouças, nº1.157, Centro - Tamboara-PR-Brasil, CEP: 87760-000.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1417

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações a Dom Ladislau Biernaski, Bispo Auxiliar de Curitiba, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese curitibana.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Isabel Rententora, nº 1372, São José dos Pinhais-PR- Brasil, CEP: 83005-010.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1418

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações a Dom Pedro Antonio Marchetti Fedalto, Arcebispo Emérito de Curitiba, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida por seus excelentes trabalhos episcopais realizados aos fiéis e cidadãos da arquidiocese curitibana.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Seminário

São José, BR 277 - Km 99, nº4505, Órleans, Curitiba-PR-Brasil, CEP: 82305-200.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações à Sra. Jussara Maria Bertoncello, pela recondução na função de Presidente, ocorrida na data de 03.12.05, da FEB = Fundação Francisco Bertoncello, CNPJ 06.171.683/0001-26, e deseja-se sucesso e felicidades profissional e familiar.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência à homenageada no endereço: Rua Richard Wagner, nº 146, Vista Alegre-Curitiba-PR-Brasil, CEP: 80820-100.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Sr. Ruy Sieji Yamaoka, por sua reeleição na função de Presidente e posse ocorrida em 29.05.06, da Fapeagro = Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio.

Deseja-se sucesso e felicidades familiares e profissionais à sua nova gestão e, aos demais membros dos Conselhos e a todos os funcionários e sua equipe de trabalho.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Paranguá, nº 1672, Loja 4, Londrina-PR-Brasil, CEP: 86015-030.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1421

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Sr. Bartolomeu Martin, pelo aniversário do primeiro ano de gestão ocorrida em 04.06.06, na função de Presidente da Assofami = Associação dos Produtores e Consumidores da Agricultura Familiar do Noroeste do Estado do Paraná, e deseja-se sucesso e felicidades profissional e familiar.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Engenheiro Rebouças, nº 1157, Centro - Tamboara-PR-Brasil, CEP: 87.760-000.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1422

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações a Dom Dirceu Vegini, por sua ordenação ocorrida na data de 02 de junho de 2006, na Cidade de Apucarana.

A congratulação é por ter sido nomeado pelo Papa Bento XVI, na data de 15 de março de 2006, como novo Bispo Auxiliar de Curitiba, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Avenida Jaime Reis, nº 369, São Francisco, Curitiba-PR-Brasil, CEP: 81510-010.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Sr. Toni Reis, Presidente do Grupo Dignidade e aos seus respectivos funcionários, pela luta incansável e constante contra a homofobia.

Tal congratulação é merecida pela realização e comemoração no dia 17 de maio = O Dia Mundial Contra a Homofobia.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 366, Sala 47, Centro, Curitiba-PR-Brasil, Caixa Postal nº 1.095, CEP: 80011-970.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1436

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Revmo. Monsenhor Dirceu Vegini, que assumirá em 07 (sete) de junho de 2006 o posto de bispo auxiliar de Curitiba, sendo que, sua ordenação episcopal aconteceu no dia 02 (dois) de junho de 2006 às 19h na cidade de Apucarana.

O Monsenhor Dirceu Vegini nasceu em Massaran-

duba (SC) e estudou no Rio Grande do Sul e São Paulo antes de permanecer em Roma por três anos, estudando Teologia. Ele foi ordenado padre em 1984 e passou a trabalhar na diocese de Apucarana. Sua primeira paróquia foi Ivaiporã, onde atuou por quatro anos. Há dezesseis anos, Vegini era pároco da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, em Colorado.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1437

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor ao trabalho humanitário e de promoção social dos integrantes da Sociedade Espírita Capa dos Pobres, na capital do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Capa dos Pobres é o nome de um tradicional centro espírita de Curitiba. Fica fronteiro ao hospital Evangélico, no bairro do Bigorilho. Tive acesso ao relatório de sua ações sociais no último ano. O grupo “Orozina Garcez” fez 737 enxovais, com 10.736 peças de roupa, para bebês nascidos em situação de extrema pobreza. O grupo “Balbina Branco” distribuiu 5.589 agasalhos para idosos e crianças. O Banco de Leite atendeu 172 crianças com 6.260 latas de leite em pó. O grupo “Didi Guimarães” possibilitou 1.020 cestas básicas para idosos. O grupo “Fraternidade” amparou 15 famílias em situação de risco, durante 2005. O grupo “Raio de Luz” socorreu outras 49 famílias. Aos médiuns e espiritualistas que lá trabalham, aplicam-se as palavras da beata Madre Tereza de Calcutá: “Sei que meu trabalho é apenas uma gota d’água no oceano, mas sem ela, o oceano seria menor”.

Seja este requerimento enviado ao Presidente da Sociedade Espírita Capa dos Pobres - Fernandes da Cruz Silva - Alameda Júlia da Costa, 1305 ap. 302 - CEP 80730-070; à Vice-Presidente da Sociedade Espírita Capa dos Pobres, Nelmari Capri Filipak - Rua Padre Anchieta, 1251 ap. 1901 - CEP 80730-000; ao Sr. Nassib Abage, Rua Carlos de Carvalho, 350 - CEP 80410-080; ao grupo “Balbina Branco” - Confecção de agasalhos para idosos, dirigente: Léa Alves de Souza, Rua Visconde do Rio Branco, 687 Centro - CEP 80410-000; Grupo “Banco do Leite” - Dirigente: Maria Florência Destre Silva, Rua Av. Silva Jardim, 2880 ap. 31 - CEP 80024-020; Grupo “Vista Uma Criança no Natal”, Dirigente: Ana Kiçula da Silva, Rua Júlia da Costa. 1305 ap. 302 - CEP 80730-070; Grupo “Didi Guimarães”, Dirigente: Izaura Lisboa, Rua Alameda D. Pedro II, 818 ap. 71 CEP 80420-060; Grupo “Tia Nini”, Costura, Bordados e Bazar, Dirigente: Marília Corrêa Holzmann, Praça Ozório, 225 - CEP 80020-010; Grupo “Fraternidade”,

atendimento à famílias Carentes - Dirigente: Maria Luiza Pereira - Travessa Percy Whitters, 72 ap. 1201 - CEP 80240-190; Grupo “Raio de Luz” - Dirigente: Rosana Oliveira Guimarães - Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 925 ap. 1018 - CEP 80740-590 - Grupo “Raio de Luz” - Dirigente II: Shirley Fortunato: Rua Mal. José Bernardino Bormam, 1539 ap. 1601 - CEP 80730-350; Grupo “Orozina Garcês Leite” - Enxoval para Bebês - Dirigente: Rosa Myriam Costódio, Rua Carneiro Lobo, 323 - CEP 80240-240.

REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Sara Miranda Amâncio.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Olavo Caruso Severo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido e aprovado pelo douto Plenário, o envio de ofício ao Sr. Governador, sugerindo que encaminhe a esta Casa de Leis, Mensagem que proporá a alteração do *caput* e a revogação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 61 da Lei nº 12.398/98, de 30 de dezembro de 1998, que criou o Parana-previdência, visando corrigir injustiça causada pela lei supracitada.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A sugestão visa não mais dar-se o cancelamento de benefício previdenciário pensão à pensionista que per-

cebe como cônjuge sepérstite que contrai nova núpcias ou venha a manter união estável.

Tal medida já vem tarde, uma vez que a Súmula 170 do antigo Tribunal Federal de Recursos já previa que não se extingue a pensão previdenciária se, do novo casamento, não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício.

Tendo a Carta Magna inserido em seu artigo 226, parágrafo 3º, que a União Estável é reconhecida para efeitos de proteção do Estado como entidade familiar, não há outra vereda a seguir a não ser reconhecer que a presente alteração legislativa também deve atingir aquele que mantém relação de companheirismo.

Ponto que merece especial atenção e que também presta para justificar o presente requerimento é que o Decreto nº 3.048/99 não prevê aos pensionistas do INSS o cancelamento do benefício previdenciário em tela para quem contrai novas núpcias ou está em união estável.

REQUERIMENTO Nº 1438

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, Palácio Iguazu - Praça N. Sra. da Salete, s/nº 80530-909, que determine ao Secretário do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, Mário de Barros, 1290 - 2º andar - CEP 80530-913 e à Secretária de Estado da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto, Rua Ébano Pereira, 240 - CEP 80410-903 - Curitiba-PR, parceria no sentido de resgatar o único Teatro Municipal da Cidade de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Constituído em 1996 o Teatro Municipal de Campina Grande do Sul, com capacidade para 420 pessoas já é patrimônio público municipal.

Seu telhado, ameaçou desabamento por infiltrações e ruína do madeiramento, provocando a interdição do espaço com 420 lugares, e projeto próprio.

Necessita revisão: em toda parte elétrica, hidráulica, pintura, luz, som, construção de saídas de emergência.

Para a realização de todas as obras necessário se faz, a liberação de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais).

O preceito constitucional determina ser função do Estado a preservação do patrimônio histórico e cultural do nosso povo.

O Teatro Municipal da cidade de Campina Grande do Sul é o único teatro existente na cidade.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas e à Prefeita de Campina Grande do Sul, Nelise Cristiane Dalprá, Rua Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 30 CEP 83430-000.

REQUERIMENTO Nº 1410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário Estadual da Saúde, solicitando informações referentes aos investimentos e gastos com custeios com as verbas destinadas a essa Secretaria, que abaixo relaciono:

- quanto foi gasto das verbas estaduais com os vinte municípios com maior produção do Estado do Paraná no ano de 2004, 2005, e o primeiro quadrimestre de 2006;

- quanto receberam em verbas estaduais, os três municípios com maior população de cada Núcleo de Regional de Saúde do Estado do Paraná, especificando separadamente por município o valor de investimentos e de gastos com custeio, em 2004, 2005 e primeiro quadrimestre em 2006.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Obter informações sobre as verbas destinadas à saúde e de que forma estão sendo aplicadas em benefício da população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1413

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando o que segue.

Solicita-se cópia dos pareceres, de lavra do Sr. Presidente do Tribunal, originados das provocações da Prefeitura Municipal de Maringá e da Fazenda Rio Grande, ambos do Estado do Paraná, referente à centralização dos recursos públicos em bancos privados.

O STF - Supremo Tribunal Federal, através do ADIn - Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.578-9, já se manifestou acerca do assunto.

As manifestações de dois processos, trazem decisão de que os servidores municipais possuem o direito de escolherem em qual instituição bancária desejam receber seus salários.

Solicita-se ainda, que cópia das referidas decisões sejam enviadas a todos os gabinetes dos Deputados Estaduais desta Casa.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de

Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, encaminhando e-mail recebido por este Parlamentar, de autoria do Sr. Wander Eduardo Sardinha, referente a instalação de uma fábrica de baterias em local de natureza preservada, com várias nascentes de água, solicitando um posicionamento.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Prefeito de Mauá da Serra, Exmo. Sr. Hermes Wicthoff, encaminhando e-mail recebido por este Parlamentar, de autoria do Sr. Wander Eduardo Sardinha, referente a instalação de uma fábrica de baterias em local de natureza preservada, com várias nascentes de água, solicitando um posicionamento.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, encaminhando e-mail recebido por este Parlamentar, de autoria do Sr. Wander Eduardo Sardinha, referente a instalação de uma fábrica de baterias em local de natureza preservada, com várias nascentes de água, solicitando um posicionamento.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando informações em relação ao funcionário Francisco Eugênio Alves de Souza:

- onde o referido servidor está lotado?
- que atividade o mesmo desempenha?
- qual a carga horária e o período do dia cumprido pelo mesmo?

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1441

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de

expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, informações sobre o andamento da reforma do Colégio Estadual Papanduva de Cima, no município de Prudentópolis-PR, sito à Rua Principal s/nº - CEP 84.400-000.

Caso ainda não tenha sido iniciada a mencionada reforma, REQUER providências urgentes em razão do estado em que se encontra a escola.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Papanduva de Cima, no município de Prudentópolis-PR, sito à Rua Principal s/nº - CEP 84.400-000, protocolou no dia 18.06.03, a construção de sala para Laboratório de Física e Biologia, incluindo também uma sala de aula - protocolo nº 5518196. No dia 05.07.05, sob o protocolo 8468873, foi solicitado a liberação de recursos para pintura do prédio. No dia 24.03.06, foi protocolado o pedido de cobertura e iluminação da quadra poliesportiva sob o nº 8468875.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, informações sobre a paralisação das obras nos trechos da Rodovia PR-281, 419 e 420, dos municípios de Mandirituba, Agudos do Sul e Piên.

Caso ainda não tenha sido iniciada a mencionada obra, REQUER providências urgentes em razão do estado em que se encontra a rodovia.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A paralisação da obra no trecho da PR-281, 419 e 420, nos municípios de Mandirituba, Agudos do Sul e Piên vem provocando sérios acidentes. A fina camada asfáltica colocada em alguns locais já está se deteriorando e a falta de sinalização está causando graves acidentes.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná. Fundamenta-se principalmente

nos artigos 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 312/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os funcionários de empresas de administração pública e privada, no âmbito do Estado do Paraná, deverão ter em sua cédula de identificação funcional (crachá), a especificação do seu tipo sanguíneo.

Art. 2º A especificação de que trata o artigo anterior, deverá ser afixada após a epígrafe do nome do(a) funcionário(a).

Art. 3º Para a viabilização da medida disposta no artigo 1º deste dispositivo legal, as empresas terão 90 dias para implementá-la, contados a partir de sua sanção e publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.06.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por escopo resguardar a vida dos trabalhadores, quando houver necessidade de uma transfusão sanguínea. Os acidentes de trabalho ocorrem, às vezes, inevitavelmente, e ao prestar-se socorro à vítima, o conhecimento do seu tipo sanguíneo é imprescindível. Mesmo no trânsito, na ocorrência de um infortúnio, com o crachá na carteira da pessoa acidentada, pode-se celerizar a transfusão sanguínea, quando for o caso, salvando uma vida.

Desse modo, o apoio advindo dos nobres colegas desta Casa de Leis é primordial para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 313/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurada a matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora em escola pública próxima de sua residência, independente de vaga.

Art. 2º O aluno portador de deficiência locomotora deverá apresentar comprovante de residência, quando fizer a solicitação de matrícula.

Art. 3º A direção da escola pública poderá solicitar, quando da matrícula, atestado médico comprobatório da deficiência locomotora.

Art. 4º As escolas deverão oportunizar que os alunos com deficiência locomotora façam parte de turmas cujas salas de aula estejam localizadas em espaços físicos de fácil acesso.

Parágrafo Único. As escolas farão as adaptações necessárias para o cumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Não basta que os indivíduos que apresentam seqüelas motoras tenham garantia de matrícula nas escolas públicas. Não basta, tampouco, que possam frequentar uma escola regular.

É fundamental que se promova a oportunidade de que esses cidadãos tenham uma facilidade maior de acesso, dando a eles a garantia, não somente da vaga, mas de vaga na escola mais próxima de sua residência. E não basta que seja apenas próxima de sua residência; o espaço deve ser de fácil acesso ao aluno em questão.

A educação das pessoas que apresentam seqüelas motoras precisa ser pensada, a partir dessa contextualização, como uma questão histórica, buscando superar uma leitura abstrata dessa deficiência. É preciso que consideremos mais do que um conjunto de características físicas ao interagirmos com indivíduos que apresentam seqüelas motoras.

É preciso que consideremos a história, o contexto no qual estamos nos relacionando. É preciso que saibamos diferenciar as idéias difundidas socialmente, que favorecem e desfavorecem seu desenvolvimento como ser humano. Caso contrário estará contribuindo para o desenvolvimento da deficiência.

As “razões convicentes” para um aluno que apresenta seqüela motora não ter acesso à rede regular de ensino podem ser o transporte para a escola, se a família não tiver carro próprio e ele não puder andar de ônibus; um equipamento que necessite para frequentar as aulas, como uma cadeira de rodas; barreiras arquitetônicas no prédio da escola; a exigência da escola de um familiar acompanhar o aluno em sala de aula, no caso de a família não poder atendê-la.

Os exemplos aqui colocados como possíveis “razões convincentes” para que um aluno não possa ter acesso à rede regular de ensino podem ser compreendidos de outra forma, como necessidades concretas dos alunos que apresentam seqüelas motoras. Não há possibilidades de esses indivíduos objetivarem-se como alunos de uma rede regular de ensino, sem que sejam atendidas, entre outras, essas necessidades de base concreta - material e simbólica. O atendimento dessas necessidades, que não são “especiais”, faz parte da luta pelo acesso e pela permanência.

Compete ao Poder Público adaptar as escolas, removendo as barreiras arquitetônicas que porventura existam, já que o Estado, não só não tem investido nesta providência, na totalidade das escolas estaduais, como continua construindo escolas que são totalmente inacessíveis aos portadores de deficiência locomotora.

Portanto, diante do exposto, peço o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, para que esta proposição seja apreciada e aprovada, no menor tempo possível.

PROJETO DE LEI Nº 314/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários Professor Asad Kustandi Kardush do Colégio Agrícola Getúlio Vargas de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários Professor Asad Kustandi Kardush do Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas de Palmeira é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e políticos; criada para colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

A entidade também realiza trabalhos com internos (150 crianças e adolescentes), desenvolvendo vários projetos agropecuários, como ovinocultura, caprinocultura, avicultura, horticultura, entre outros, onde os alunos participam em escalas de trabalhos e estágio, viabilizando a colocação imediata no mercado de trabalho.

Pela sua luta em busca de uma melhor qualidade de vida e maior justiça social, a entidade é merecedora de ser reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual, solicitamos aos nobres Deputados o devido apoio e conseqüente aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 315/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Executivo Estadual obrigado a divulgar, por todos os meios de que dispõe a PCR, informações relativas aos instrumentos de participação popular e aos prazos para prestações de contas do Estado previstos na Constituição Estadual, Lei de Responsabilidade Fiscal, Estatuto das Cidades e Legislação Estadual específica.

Parágrafo Único. Para efeito do que estabelece o *caput* deste artigo quanto aos instrumentos de participação popular, entenda-se a divulgação das leis e dispositivos que as regulamentam; dos programas, resoluções, composições e reuniões dos Conselhos; e das políticas para cada setor.

Art. 2º Fica assegurado o mínimo de 30% (trinta por cento) dos recursos provenientes do Orçamento Fiscal Anual do Estado, destinado aos informes publicitários do Estado, para os custos da divulgação de que trata esta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O processo de democratização de nossa sociedade só será efetivo se ao conjunto da população for assegurado a sua real participação nas decisões das políticas públicas, assim como na fiscalização da execução dessas políticas.

Nesse sentido, é fundamental para que isso ocorra, que o Poder Executivo priorize a divulgação sobre os instrumentos de participação popular e os prazos para prestação de contas do Estado, assim como toda e qualquer informação que estimule à comunidade o espírito de cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 316/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado do Paraná introduzirá no currículo das Escolas Públicas Municipais, da 5ª a 8ª séries, disciplina ou tema transversal que transmita conhecimentos relativos às finanças públicas e orçamento.

Parágrafo Único. O Executivo Estadual regulamentará a forma adequada de introdução da matéria no referido currículo escolar.

Art. 2º Esta lei será regulamentada no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A importância do conhecimento sobre o orçamento e as finanças públicas nos estabelecimentos de ensino é fundamental para despertar no jovem o interesse pelas políticas públicas ajudando-o na sua formação e espírito de cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 317/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais ou industriais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringirem o direito da mulher ao emprego.

Parágrafo Único. Considera-se prática de restrição ao direito da mulher ao emprego, entre outras, a adoção de medidas não previstas na legislação pertinente, e especialmente:

I - exigência ou solicitação de teste de urina ou sangue para verificação de estado de gravidez, em processos de seleção para admissão ao emprego;

II - exigência ou solicitação de comprovação de esterilização, para admissão ou permanência no emprego;

III - exigência de exame ginecológico periódico, como condição para permanência no emprego;

IV - discriminação de mulheres casadas, ou mães, nos processos de seleção ou rescisão de emprego.

Art. 2º As penalidades previstas no artigo anterior, que poderão ser aplicadas cumulativamente, são: I - Advertência; II - Multa; III - Suspensão temporária da autorização de funcionamento; IV - Cassação de autorização de funcionamento.

§ 1º A multa estabelecida no inciso II deste artigo será de R\$ 500,00 a 1.000,00, levando em consideração a capacidade econômica do estabelecimento infrator.

§ 2º A autoridade administrativa, responsável pela aplicação das penalidades previstas, deverá aplicá-las progressivamente.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º O Estado do Paraná firmará convênios com os municípios com vistas à aplicação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Em que pese os grandes avanços trazidos pela Constituição Federal em 1988, ainda há empregadores que discriminam as mulheres em seus postos de trabalho.

Há casos em que se chega à prática do assédio moral.

O objetivo deste projeto é impor aos maus empregadores que se abstenham de prática tão nefasta e inconstitucional nas relações de trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 318/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui-se o Cadastro Obrigatório Estadual das Fontes Geradoras de Radioatividade e Afins.

Art. 2º Deverão cadastrar-se ao Órgão competente do Estado do Paraná, todas as empresas que, no limite do Estado, mantiverem em seu poder fontes de radioatividade e afins.

Art. 3º O Órgão competente do Estado expedirá no prazo de 30 (trinta) dias, certidão de cadastramento.

§ 1º A certidão deverá ser reavaliada a cada 01 (um) ano.

§ 2º A certidão do cadastramento só poderá ser expedida e/ou reavaliada após a visita do fiscal do órgão competente.

Art. 4º O Órgão competente do Estado deverá ser informado num prazo máximo de 15 (quinze) dias, sempre que houver alteração das quantidades ou características das fontes geradoras de radioatividades e afins.

Art. 5º O Estado fará publicar anualmente no Diário Oficial do Estado o cadastro completo de todas as fontes geradoras de radioatividade e afins, assim como todas aquelas que deixarem de reavaliar seu cadastro, com a competente exposição de motivos e as medidas tomadas, pelo Órgão fiscalizador.

Art. 6º As empresas que manipulam fontes geradoras de radioatividade e afins, deverão informar no seu cartão o nome de seus representantes e o endereço para correspondência.

Art. 7º O Estado terá de usar aparelhos adequados para a fiscalização das fontes geradoras de radioatividade e afins.

Art. 8º O Estado regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, estabelecendo as penalidades dos infratores e suas regulamentações complementares.

Sala das Sessões, em 05.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Um dos grandes fatos marcantes que ocorreu na década de 80, foi a contaminação pela radiação do Césio 137 ocorrido em Goiânia, onde por imprudência de uma Fonte Geradora de Radioatividade, morreram várias pessoas, inclusive crianças, e outras ficaram com problemas de saúde pelo resto de suas vidas. Este fato gerou graves problemas para a cidade, entre eles a queda do turismo, pois a mesma ficou conhecida como Goiânia 137.

A radioatividade tem sido objeto de muitos debates sobre o tema em razão de suas conseqüências e elevado poder de ofensa à saúde dos cidadãos.

É importante que medidas sejam adotadas no Estado do Paraná para evitar que catástrofes semelhantes se repitam.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma passagem desastrosa pelo Norte do Paraná do Governador Roberto Requião. Foi na última quinta-feira, em reunião da Associação Comercial e Industrial de Londrina, a pretexto da chamada “Operação Mãos Limpas”. Nessa oportunidade em que estavam presentes representantes do Ministério Público, do Judiciário e da própria comunidade londrinense, através das entidades de classe, bem como os prefeitos de várias cidades do Norte do Estado.

O problema é que os maiores interessados em discutir a segurança, que são aqueles diletantes membros dos conselhos comunitários de segurança, que não percebem salário para esta atividade, com todo o denodo e desprendimento, foram barrados, literalmente, alijados de comparecer a esta reunião. Os seguranças do Governo do Estado não deixaram os membros dos Conseguis participarem dessa reunião.

A revolta, é claro, foi tão grande que os próprios vereadores, alguns até do Partido do Governador, que também não puderam entrar nessa reunião - um clube fechado -, repercutiram de forma negativa, mais uma vez, essa passagem do Governador pela nossa cidade, em plenário, na Câmara Municipal.

Isto é extremamente desgastante para a própria imagem do Governador. Em uma decisão eleitoreira,

como pregamos, já que não haveria até a necessidade dessa reunião, a quatro meses da eleição, ser realizada em Londrina, já que o Governo teve quatro anos para fazer e não fez. E o pior de tudo é que depois de duas horas de discussão, não se chegou a nenhum consenso, nenhuma proposta foi retirada e o que é mais grave, o Governador Roberto Requião, segundo a imprensa, saiu sem dar entrevista, correndo pelas escadas abaixo do prédio da Associação Comercial e Industrial de Londrina, Deputado Accorsi.

Ainda para piorar a situação, mais uma vez isto virou praxe em nossa cidade: Governador, para variar, bateu boca com um agricultor, já que esteve presente também na Sociedade Rural do Paraná e ali exibiu também, como membro que é, outra faceta como produtor rural, que desconhecíamos. Mas, quando esse agricultor pedia uma ajuda para a crise, ele de forma destemperada mais uma vez, proferiu acusações, palavras de baixo calão, que me recuso desta tribuna a repetir novamente.

O Governador sugeriu também a volta de escravidão, como solução para a crise no campo. Que barbaridade! Este é o Governador Roberto Requião. Se não tiver adversário, ele cria. E só mirar no espelho, para realmente atirar farpas contra si mesmo.

Nós compreendemos a ira do Governador! Na última eleição, ele foi o quinto mais votado em Londrina. Agora perdeu, como “pé esquerdo” que é, “pé frio”, perdeu a eleição para a Sociedade Rural do Paraná, perdeu também a eleição para a Reitoria da Universidade Estadual de Londrina e em todos os momentos que vai à cidade, é para atacar, para diminuí-la ou seus representantes, como foi na semana passada, com o Presidente do Conselho Comunitário de Segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente e fica, mais uma vez, esse registro negativo aqui!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estivemos, na última semana, participando da décima Conferência Nacional de Direitos Humanos, em Brasília, e pudemos perceber que os direitos humanos, em todos o Brasil, vêm sendo desrespeitados na maioria dos Estados e por todos os governantes, prefeitos, enfim. Se atentarmos para o grande desrespeito que vem se cometendo contra a cidadania, vamos constatar que ganhamos uma Constituição em 1988, um regime democrático, mas não o exercitamos, porque não fazemos cumprir as normas constitucionais. Governos, prefeitos, enfim, a estrutura do Estado não respeita as conquistas sociais e constitucionais do nosso povo.

O desrespeito aos direitos humanos chega a ser citado por alguns experts em um grau tão pior do que foi a própria época da Ditadura. Nós conseguimos conquistar uma democracia política, mas não conseguimos ainda a democracia real, que é aquela em que o cidadão participa das riquezas que ajuda a construir. As cadeias estão superlotadas de jovens, moços que na maioria das vezes, antes de completar os vinte e um anos, já se enveredam para o mundo da criminalidade, através da droga, através do crime contra o patrimônio e do crime contra a vida. E isso ocorre por falta de oportunidades, que o Estado não assegura ao seu jovem.

Em um país com o crescimento tão baixo como o nosso, a oportunidade de trabalho e de se abrir novas vagas, não ocorre e com isso, as portas, a cada dia, estão fechando ainda mais para a nossa juventude.

O emprego, o trabalho, só se criam em propagandas oficiais como a nossa, aqui, no Paraná, onde o Governo se perde nos anúncios. Muitas vezes anúncios que chegam a ser uma afronta à inteligência da nossa população. Diz o anúncio: “este Governo criou quinhentos mil empregos”. Ora, isso é querer zombar da inteligência e da capacidade de interpretação e de raciocínio do nosso povo. É brincar com coisa séria!

Vimos que nos debates em Brasília, na questão da habitação, tanto o Governo Federal quanto os estaduais não têm a menor preocupação em fazer programas que realmente possam atender às necessidades das suas populações: fala-se em programa de habitação, constrói-se alguns prédios financiados pelo sistema financeiro, a Caixa Econômica. A maioria do povo que paga aluguel e que está precisando de casa, mora em favela, em condições precárias, está seprocado, está com problemas de ordem financeira, e vai buscar crédito e financiamento de que maneira? Isso também é outra afronta ao povo do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixamos lá a nossa participação e a nossa manifestação: cadeias cheias, jovens presos. Aqui no Paraná não temos nem defensoria pública ainda constituída, um dos poucos estados do Brasil que não tem defensoria pública a nível de poder atender às necessidades e o clamor dos nossos cidadãos paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Eu me inscrevi no dia de hoje para falar sobre um outro tema: gostaria que conversássemos um pouco a respeito da situação da agricultura no Paraná. Já tive oportunidade de conversar com a Deputada Luciana Rafagnin sobre a situação particularmente grave dos criadores de

frango, Deputado Zucchi, aqui na região de Pinheiros, na região de Agudos. Mas, a Deputada Luciana - Presidente da Comissão de Agricultura, certamente é a pessoa mais capacitada e mais qualificada para fazer uma intervenção a esse respeito e nós iremos conversar, na sequência, sobre isso.

O que me traz à tribuna, na sequência deste debate, Sr. Presidente, é que tenho ouvido nesses últimos dias aqui na Assembléia, alguns funcionários com algumas preocupações que em absoluto têm fundamento. Há quinze dias atrás, quando fizemos uma solicitação aqui neste Plenário a respeito da situação de diversos funcionários por conta da lista de enquadramento - que vocês que estão aqui todos os dias sabem - tenho ouvido alguns funcionários preocupados, que por diversas vezes receberam telefonemas ou foram procurados com a informação que nós, tanto a Presidência e eu particularmente, estaríamos buscando fazer a exoneração de centenas de funcionários desta Casa. Ora, não há nada mais absurdo, nada mais inverídico e não há nada mais fantasioso. Eu diria às vezes que até por desconhecimento, Deputado Marcos Isfer, ou até por má-fé, busca-se fazer uma grande confusão entre os funcionários aqui desta Casa, Deputado José Maria.

Sabemos, conhecemos, encontramos todos os dias nesses três anos que estou aqui - o senhor há mais de oito anos - funcionários que se dedicam, que ficaram mais de seis, sete, oito anos inclusive sem reajustamento salarial, funcionários que hoje buscam uma recomposição justa, necessária, e funcionários que fazem praticamente desta profissão aqui, a sua vida.

Não podemos confundir as pessoas que no dia-a-dia prestam serviços à população do Paraná com aqueles que, eventualmente, e é isso que vai apurar inclusive o pedido de informações que fizemos, com aqueles que, por razões que na sequência devemos conhecer, não tenham, nesse espaço de tempo, estado presentes no dia-a-dia conforme determina a legislação.

Por isso, Sr. Presidente, não era o meu objetivo, conversei com o Presidente Hermas Brandão, usar a tribuna para isso, mas sei que não podemos deixar prosperar determinado tipo de conversa de corredor; não podemos deixar prosperar determinadas afirmações inverídicas, falsas, que só visam fazer com que se coloque no mesmo pacote aqueles que dedicam a sua vida para a Assembléia e aqueles que acham que a Assembléia deve dedicar a sua vida para eles.

Acredito, por isso, Deputado Luiz Carlos Martins, o senhor que é um Deputado que há muitos anos está nesta Casa, acredito que iremos caminhar pelo bom caminho, agora não podemos, primeiro: ser intimidados. Não seremos intimidados aqui dentro! Segundo: sofrermos qualquer tipo de cerceamento à informação! Terceiro: vermos funcionários que, como falei, dedicam sua vida a esta Casa serem muitas vezes - aliás tenho ouvido quase todos os dias - colocados numa situação que faz com que depois, seis e meia, sete horas da tarde, ou às vezes sete e

meia da manhã, nos procurem, como hoje, Deputado Zucchinho, uma funcionária me falou: “pelo amor de Deus, o senhor me vê todos os dias aqui, o senhor sabe que eu trabalho, sabe que estou aqui há vinte e tantos anos”. Ora, essas pessoas não têm o que temer. Talvez, sim, tenham que ficar preocupados aqueles que, por alguma razão, não tenham nem conhecimento de onde é a Assembléia Legislativa. Mas por esses caberá ao Presidente, à Mesa Executiva, a quem de direito, fazer a resposta ao pedido de informações e se houver medidas a se tomar, serão tomadas.

Portanto, senhores funcionários, senhoras funcionárias, acautelem-se e acalmem-se, porque a justiça, sem dúvida nenhuma, está sendo feita.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

Homenagem à Petrobras

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Grande Expediente está reservado ao Deputado Natálio Stica para uma homenagem à Petrobras.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente desta Sessão, Deputado Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes.

Hoje, pedimos e foi aprovada por unanimidade entre os Parlamentares, uma Sessão Solene em homenagem à auto-suficiência do petróleo no Brasil e à Petrobras, a sua empresa executora.

No dia 21 de abril, último passado, foi anunciada a auto-suficiência de petróleo em nosso país. Este efeito não pode e não deve passar em branco! É, sem sombra de dúvida, um motivo de orgulho para nós brasileiros, sobremaneira o Brasil, por ser um país de tamanho territorial de um continente, portanto, por si só, um país gigante.

O consumo de derivados de petróleo é na ordem de 1 milhão e 850 mil barris por dia, salvo engano meu e com algumas correções. Mas, poderia dizer aqui, sem medo de errar, quase dois milhões de barris de petróleo por dia é o consumo do nosso país. E a Petrobras, ao longo dos seus 53 anos, vem buscando sempre diminuir a balança comercial no que diz respeito à importação do petróleo. E agora, definitivamente, o petróleo retirado pela Petrobras já é suficiente para o consumo do povo brasileiro.

Portanto, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que é defensor dessa empresa, aqui, nesta Casa, quase dois milhões de barris de petróleo por dia são extraídos do fundo do mar, nas bacias terrestres de uma empresa pioneira que começou com os sonhos de Getúlio Vargas e hoje é o nosso orgulho.

Há muito o que ser feito ainda, Sr. Presidente. O petróleo brasileiro é considerado pesado e o parque de

refino ainda não é todo ele capacitado para processá-lo. Portanto, mesmo com a auto-suficiência, ainda somos obrigados a fazer uma troca, uma venda, exportação de parte do nosso petróleo e importação de parte do petróleo mais leve. Mas para isso também temos a solução: o Presidente Lula, com sua sapiência, está fazendo um dos maiores investimentos nessa empresa, várias refinarias no Brasil, entre elas a nossa Repar em Araucária, vai ser adequada para processar todo o petróleo nacional, deixando muito em breve o Brasil processando seu próprio petróleo e definitivamente não ficando refém do mercado internacional.

Portanto, quero agradecer aos Deputados que foram favoráveis, por unanimidade, para que esta Casa fizesse esta justa homenagem à empresa que é o nosso orgulho. Logo na sequência, ouviremos o Dr. João Ode-rich, que é o gerente geral da refinaria de Araucária, que com certeza falará dos investimentos e do que é feito nessa empresa, não só no nosso Estado, mas no nosso país.

Mas, esta Casa, no dia de hoje, nesta simples homenagem, deixa registrado nos Anais da Assembléia e para todo o Paraná que o povo paranaense, cada vez mais tem orgulho dessa empresa que é, sem sombra de dúvida, o símbolo do povo brasileiro no que de mais sagrado nós temos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que permitiram que esta Sessão acontecesse.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Apenas para lembrar que no Paraná a Petrobras, além de ser tudo isso que o senhor falou, é a empresa que tem a maior contribuição de ICMS do nosso Estado. O maior recolhimento de ICMS feito no Estado do Paraná está justamente feito com a Petrobras.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri, que me lembra que quase 25% do ICMS do Paraná é oriundo da refinaria de Araucária. Portanto, se somarmos todos os investimentos de Petrobras no Paraná, com certeza, o que o senhor fala, tem toda razão.

Sr. Presidente, quem vai falar por essa empresa, com certeza não sou eu, é o gerente geral, Sr. João Ode-rich, mas quero agradecer a oportunidade que esta Casa nos deu de fazermos a justa homenagem a essa empresa que é o orgulho de todos nós paranaenses e, acima de tudo, do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou passar a presidência da Mesa ao Deputado Natálio Stica que propôs a homenagem para que ele possa conduzir.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero agradecer, Deputado Augustinho Zucchi.

Convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional, que vai ser apresentado através do telão.

(Execução Hino Nacional Brasileiro)

Neste momento assistiremos um filme institucional da Petrobras, com duração de onze minutos: “Petrobras, cinquenta anos fazendo história no Brasil”.

(Apresentação do filme)

Orador:

Concedo a palavra ao engenheiro João Oderich, que falará em nome da Petrobras.

Sr. João Oderich

O SR. JOÃO ODERICH

Sr. Presidente Natálio Stica; Exmos. Deputados Estaduais do Paraná; demais convidados; colegas. Boa tarde.

Primeiro gostaria de agradecer ao Deputado Stica, petroleiro da Repar, pela proposição dessa homenagem. Nosso muito obrigado.

(Lê):

“Uma data dois significados.

Mas, apenas um objetivo: a independência.

No dia 21 de abril de 1792, a morte de um homem - Joaquim José da Silva Xavier - fez nascer em um povo o sonho de um Brasil livre da colonização portuguesa.

Duzentos e quatorze anos depois, no dia 21 de abril de 2006, o trabalho e o sonho de todos nós, povo brasileiro, se tornou realidade. Neste dia, ao acionar a válvula de controle dos poços do navio-plataforma P-50, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e Presidente da Petrobras, Luiz Sérgio Gabrielle, declararam a auto-suficiência de Petróleo do Brasil.

E o que significa isso?

Exmos. Deputados Estaduais do Paraná e demais convidados, isso quer dizer a libertação do Brasil do mercado internacional de petróleo. É o equilíbrio entre a produção e o consumo num momento de escassez mundial do chamado ouro negro, o que tem provocado a alta volatilidade do mercado.

Essa é uma conquista que vem coroar o trabalho de quase 53 anos da Petrobras, que da incipiente produção de 2.700 barris diários herdada na época de sua criação, passou à liberação mundial no desenvolvimento de tecnologias para extrair petróleo de águas profundas e ultra-profundas, de onde vêm 70% da produção brasileira.

A auto-suficiência é resultado de ações que demonstram visão estratégica e espírito realizador. A capacidade de produzir todo o petróleo que os brasileiros consomem não é um êxito momentâneo. É um feito duradouro, e que se manterá a longo prazo.

É aí, Exmos. Deputados que entra a Repar, Refinaria Presidente Getúlio Vargas, e todas as outras refinarias da Petrobras. Em 2010, ao fim da construção de nossas 19 novas unidades, estaremos processando todo o petróleo brasileiro. Estaremos então, dando sustentabilidade à auto-suficiência divulgada em 21 de abril de 2006.

Dos 56 bilhões de dólares que Petrobras vai investir no Brasil e no exterior, 8 bilhões de dólares serão para modernização do parque de refino. Só a Repar, receberá 1,4 bilhão de dólares.

Outra frente de trabalho da Petrobras para dar segurança à auto-suficiência está na área de novas concessões exploratórias. Um exemplo são os biocombustíveis. E a Repar estará presente nesta revolução, porque segundo o nosso slogan, ‘O Desafio é a Nossa Energia’.”

Em nome da Petrobras, gostaria de agradecer a todos por esta homenagem e convidá-los a assistir ao nosso filme sobre auto-suficiência.

Nosso muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Vamos assistir, agora a um filme de oito minutos que fala exatamente sobre a auto-suficiência do petróleo.

(É feita a apresentação do filme)

Encerramento da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Ao encerrarmos esta Sessão Solene, queremos agradecer à presença de todos, o Sindicato dos Transportes do Estado do Paraná também se faz presente, outras entidades. E um agradecimento especial ao engenheiro João Oderich.

Queremos, Oderich, que você transmita a todos os funcionários da Petrobras, que fazem dessa empresa o orgulho do povo brasileiro, e que deram ao Brasil auto-suficiência em petróleo, nosso muito obrigado a todos.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para nos despedirmos dos convidados.

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está reaberta a Sessão.

Horário das Lideranças: Bloco PP, PSB; Bloco PTB, PL, PMR, PPS.

(Declinam)

PDT. Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, por dez minutos.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin:

O SR. NEIVO BERALDIN

Comemora-se, hoje, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Este, certamente, é um dia que merece a reflexão de todos que habitam no Planeta Terra. Porque muitas coisas são importantes, mas a questão ambiental é fundamental. Cuidar das nossas matas e florestas significa cuidar do ar puro que respiramos hoje e também às nossas futuras gerações. Cuidar dos nossos mananciais, de onde vem a água que bebemos, é fundamental à vida da geração do Planeta do presente e do futuro.

O meio ambiental é fundamental e tem que ser a causa de todos nós. Enquanto não for uma preocupação coletiva, a luta há de continuar. Temos que fazer com que cada criança, cada cidadão e cada ser humano entenda, que temos que cuidar dos nossos rios, das nossas águas, da natureza.

Este é um dia especial do ano, onde se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente. Nesse particular o Estado do Paraná tem sido diferente, talvez, do mundo, porque aqui temos uma preocupação muito grande com o meio ambiente. Eu disse que o Estado do Paraná se diferencia, pelo que investe nos municípios que têm área de preservação ambiental, criadas por lei federal, estadual ou municipal.

Esses investimentos se dão notadamente, através da nossa lei aprovada por esta Casa, a Lei do ICMS Ecológico, copiada por doze Estados do Brasil. No ano que passou o IBGE atestou ser a lei que mais investe em meio ambiente no Brasil.

O Paraná, de 92 até aqui, já repassou aos municípios com vocação ecológica, mais de um bilhão de reais. Temos, aqui, em torno de Curitiba, os municípios receberam perto de 400 milhões de reais. Por exemplo: Piraquara, um município que preserva os nossos mananciais, onde vem a água que bebemos, perto de 70%, recebe em torno de 200 a 250 mil reais, por semana e quase 800 a um milhão de reais, por mês.

A Secretaria do Meio Ambiente tem a autonomia para que, quando o município permitir que caia o nível da qualidade da água, então a Secretaria muda o índice, para que o município receba menos no ano seguinte e quando o município cuida bem dos nosso mananciais, ele passa a melhorar o índice de participação no ICMS.

Estou vendo aqui o Deputado Accorsi e digo que Campo Magro recebe em torno de quatro milhões de reais por mês, como compensação pelas áreas ecológicas que tem e Campina Grande do Sul, mais de um milhão de reais por ano, um milhão e duzentos. Assim é Quatro Barras, Pinhais, São José dos Pinhais, Campo Largo, Tamandaré, enfim, duzentos e trinta municípios do Paraná estão contemplados pela Lei do ICMS Ecológico.

Quero, neste momento e neste dia, deixar mais uma vez um apelo a todos aqueles que habitam o nosso

Planeta, todos que vivem no nosso Estado, para que incentivem, para que orientem a nossa população da importância da preservação do Meio Ambiente.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, para representar esta Casa de Leis na Reunião do Conselho Nacional de Educação no dia 07 do corrente mês em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, para que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e dois Srs. Deputados presentes.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para justificar a ausência do deputado André Vargas que está em um Congresso da Soja, na Embrapa, em Londrina, e hoje, que é quarta-feira, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

O SRL VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, olha, com todo o respeito que temos pela Deputada Cida, tem vinte e quatro parlamentares em plenário, inclusive eu não estava presente. Dezessete em plenário e mais três, vinte, para trinta e dois tem muita diferença.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Duas vezes a Deputada Cida fez a chamada e há quórum para a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Olha, se for dessa forma democrática que estão fazendo, contando 24 Deputados e dizendo que há 32, tem milagre, começou o milagre aqui nesta Casa.

Está aqui, V. Exa. pode fazer a contagem agora, só me retire aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, só para o senhor ter uma idéia, o Deputado Jocelito respondeu presença, o Deputado Plauto respondeu.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O Deputado Plauto não respondeu presença, estava na imprensa.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

O Deputado Plauto respondeu presença.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bom, há quórum para votação.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É apoio apenas, Deputado Neivo.

Será feita a verificação e serão contados os votos de quem estava no momento da solicitação. Vou proceder a votação em contrário. Deputados que apóiam queiram levantar-se. Vinte e nove Deputados. Está **apoiado**.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 115/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, incluindo o artigo 226-A na Constituição do Estado com a seguinte redação: o Estado promoverá o reassentamento ou a indenização dos agricul-

tores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas.

O item 1, por determinação do Presidente Hermas Brandão, será retirado da Ordem do Dia porque não tem relatório e nem parecer. Encaminhado à CCJ.

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/06, que institui o Serviço Social Autônomo Paranaidade, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ, EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DE SUBSTITUTIVO GERAL. EM REGIME E URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 60/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 60/06, de autoria do Poder Executivo, institui o Serviço Social Autônomo Paranaidade e dá outras providências.

O projeto já havia recebido parecer favorável desta douta comissão, e em plenário recebeu seis emendas modificativas e uma emenda supressiva, voltando a esta douta Comissão para análise constitucional das emendas propostas.

Fundamentação

A Emenda de Plenário nº 01 modifica a redação do *caput* do artigo 1º retirando a expressão sob a modalidade de organização social e alterando a redação dos incisos I e II acrescentando a palavra “Municípios” na redação, o que especifica melhor as atribuições da paraestatal, motivo pelo qual a emenda não apresenta nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

A Emenda de Plenário nº 02 modifica a redação do inciso III do artigo 4º, deixando especificado que os cinco membros nomeados pelo Governador para o Conselho de Administração do Paranaidade devem ser das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, motivo pelo qual a emenda não apresenta nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

A Emenda de Plenário nº 03, modifica a redação do inciso XI do artigo 7º, aduzindo que os recursos devem financiar entes da administração estadual indireta e não empresas ligadas ao Estado do Paraná que é uma terminologia imprópria, que dá margem a várias interpretações como a de que o FDU possa emprestar recursos inclusive a empresas privadas, a emenda atende ao interesse público, motivo pelo qual não apresenta nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

A Emenda de Plenário nº 04 acresce parágrafo único ao artigo 1º aduzindo que os recursos financeiros do FDU, a título não reembolsável, podem ser utilizados em programas que utilizem recursos internacionais e que visam a implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local. A emenda atende ao interesse público, motivo pelo qual não apresenta nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

A Emenda de Plenário nº 05, altera a redação do artigo 28 para aduzir que fica “garantida a permanência de ocupantes de empregos atuais na nova estrutura de planos de cargos e salários”, a emenda é contrária ao interesse público, vez que reestruturado o plano de cargos e salários do Paranacidade em virtude do novo perfil adotado no novo projeto de lei, não se pode garantir estabilidade de emprego para aqueles que por lei hoje já não o têm, tendo em vista que o Paranacidade é um ente paraestritural de direito privado, não tendo seus ocupantes qualquer direito à estabilidade de emprego, todavia, pode-se garantir aos ocupantes de empregos atuais o reenquadramento automático no novo plano de cargos e salários, medida adotada pelo Relator no Substitutivo Geral em Anexo.

A Emenda de Plenário nº 06 modifica a redação do artigo 29 para aduzir que os procedimentos de licitação para execução dos contratos de gestão poderão seguir os procedimentos simplificados obedecidas as normas gerais da Lei de Licitações, motivo pelo qual não apresenta nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

A Emenda de Plenário nº 07 visa suprimir da redação o inciso I do artigo 27 sob o argumento de que a documentação remanescente da Famepar já foi encaminhada à SEDU - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano, motivo pelo qual não apresenta nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

O relator apresenta substitutivo geral onde contempla as Emendas de Plenário acatadas, bem como propõe novas modificações ao projeto, a saber:

1) A Emenda nº 04 de Plenário foi acatada e desdobrada em três parágrafos acrescidos no artigo 8º, onde além do texto proposto acrescenta-se:

§ 1º Sem prejuízo do caráter rotativo do FDU, poderão ser utilizados recursos financeiros, a título não reembolsável: a) em programas que utilizem recursos internacionais e que visem a implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local; b) em programas e ações especiais instituídos pelo Poder Executivo Estadual, sendo que, neste último caso, a utilização dos recursos financeiros estará limitada ao equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do FDU do exercício financeiro anterior.

§ 2º Para fins de aplicação do parágrafo anterior, entende-se por resultado líquido do exercício, o valor referente à soma dos juros auferidos do retorno das ope-

rações de crédito concedidas pelo FDU e dos rendimentos das aplicações financeiras, subtraídas as despesas.

§ 3º No exercício de 2006, poderão ser destinados recursos, na forma estabelecida no parágrafo 1º, referente ao resultado líquido dos últimos 3 exercícios financeiros.

A proposta de alteração deste artigo prende-se ao fato de que a redação original possibilitaria a aplicação de recursos não reembolsáveis do FDU em programas e ações especiais instituídos pelo Poder Executivo Estadual sem a definição de critérios claros pré-estabelecidos, deixando o FDU vulnerável. Desta forma, seria exaurido o mais importante instrumento de financiamento dos investimentos dos Municípios, não se podendo permitir o esgotamento destes recursos.

2) Adequação da redação do inciso X do artigo 10 apenas para indicar a numeração correta do texto legal;

3) correção da redação do artigo 18;

4) adequação da redação do artigo 18, parágrafos terceiro, quarto, quinto e sexto apenas para indicar a numeração correta do texto legal;

5) adequação da redação dos artigos 21 e 22 para o seguinte texto:

Art. 21. Caberá à Diretoria Executiva do Paranacidade:

I - a prática de atos concernentes à contratação, administração e dispensa de recursos humanos de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

II - a elaboração do Regulamento próprio para a captação de recursos humanos a que se refere o artigo 18, inciso II, desta lei, sem prejuízo do disposto no inciso anterior.

§ 1º As ações do Paranacidade compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas previstas no artigo 7º desta lei, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, contratados por prazo determinado ou não, e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

§ 2º A contratação de pessoal por prazo determinado somente se aplica a elaboração e execução de planos, programas, projetos e serviços de responsabilidade do Paranacidade, no prazo de elaboração e execução destes e, depende de prévia aprovação da Diretoria Executiva.

§ 3º O Regulamento especificado no inciso II do caput incluindo posteriores revisões e alterações, após apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração, deverá ser publicado em Diário Oficial do Estado, para que produza seus efeitos legais.

§ 4º As contratações realizadas pelo Paranacidade também sofrerão exame por parte do Tribunal de Contas do Estado conforme definido no artigo 19 dessa lei, a fim de apurar sua legalidade e o atendimento aos critérios estabelecidos na legislação pertinente e no Regulamento

para Captação de Recursos Humanos a que se refere o inciso II, do caput.

Art. 22. Caberá à Diretoria Executiva do Paranacidade, elaborar e manter atualizado o Plano de Cargos, Salários e Benefícios que, além de estabelecer a política salarial e de benefícios dos empregados, instituirá e manterá plano de carreira compatível com as necessidades da entidade, contendo inclusive os critérios de seleção, avaliação, promoção e de valorização profissional.

§ 1º Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessários, revistos anualmente.

§ 2º O Plano de Cargos, Salários e Benefícios, bem como as suas revisões e alterações, deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Paranacidade.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 060/06

Capítulo I

Da Organização

Art. 1º Fica instituído o Paranacidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, sob a modalidade de serviço social autônomo, com a finalidade de fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente:

I - ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios;

II - a administração de recursos e de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988.

§ 1º O prazo de duração do Paranacidade é indeterminado.

§ 2º O exercício financeiro do Paranacidade coincide com o ano civil.

§ 3º O Paranacidade reger-se-á por esta lei e por seu estatuto.

§ 4º O Paranacidade tem sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º O Paranacidade se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que

emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º O Superintendente do Paranacidade é o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná, bem como dos planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo Conselho de Administração do Paranacidade.

§ 2º O Superintendente do Paranacidade tomará posse perante o Conselho de Administração, em reunião convocada para este fim.

Art. 3º A direção superior do Paranacidade é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, composto por 01 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 5 (cinco) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 01 (um) Superintendente, 1 (um) Superintendente Executivo, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Administração e Finanças.

Art. 4º O Conselho de Administração do Paranacidade, constituído através de Decreto do Governador, é composto de 9 (nove) membros, sendo:

I - O Superintendente do Paranacidade o membro honorário;

II - 03 (três) membros integrantes do Poder Executivo, sendo obrigatoriamente:

a) Secretário de Estado da Fazenda;

b) Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; e

c) Secretário de Estado do Meio Ambiente.

III - 05 (cinco) membros nomeados pelo Governador do Estado, entre integrantes de entidades representativas dos Municípios do Estado do Paraná e da sociedade civil organizada nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.

Art. 5º O Superintendente do Paranacidade e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagens pelos serviços que prestarem ao Paranacidade, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 6º Os cargos de Superintendente Executivo, Diretor de Operações e Diretor de Administração e Finanças são de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 7º O Paranacidade tem por objetivos:

I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

II - executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III - atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos municípios;

V - atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII - promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados a profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados à promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX - publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do artigo 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n.º 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no artigo 35 da Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000;

XI - propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da administração indireta estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo Paranacidade, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Art. 8º A fim de propiciar a consecução dos objetivos previstos nos incisos X e XI do artigo anterior ficam acrescidos ao artigo 1º da Lei 8.917, de 15 de dezembro

de 1988, os seguintes parágrafos, que terão a seguinte redação:

“Art. 1º...

§ 1º Sem prejuízo do caráter rotativo do FDU, poderão ser utilizados recursos financeiros, a título não reembolsável: a) em programas que utilizem recursos internacionais e que visem a implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local; b) em programas e ações especiais instituídos pelo Poder Executivo Estadual, sendo que, neste último caso, a utilização dos recursos financeiros estará limitada ao equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do FDU do exercício financeiro anterior.

§ 2º Para fins de aplicação do parágrafo anterior, entende-se por resultado líquido do exercício, o valor referente à soma dos juros auferidos do retorno das operações de crédito concedidas pelo FDU e dos rendimentos das aplicações financeiras, subtraídas as despesas.

§ 3º No exercício de 2006, poderão ser destinados recursos, na forma estabelecida no parágrafo 1º, referente ao resultado líquido dos últimos três exercícios financeiros.”

Art. 9º O Paranacidade poderá celebrar convênios, contratos e acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas físicas, jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão subscrito com o Estado e outras estabelecidas nesta lei.

Capítulo III

Da Competência e Atribuições dos Órgãos da Administração Superior

Art. 10. Ao Conselho do Paranacidade compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta lei, bem como outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

III - fixar as diretrizes e prioridades de atuação da entidade, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná;

IV - aprovar os planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva, bem como eventuais alterações necessárias nestes instrumentos;

V - aprovar os demonstrativos contábeis e financeiros, o balanço social e os relatórios de gestão da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva, bem como eventuais alterações nestes instrumentos;

VI - fixar as diretrizes e prioridades na gestão dos fundos financeiros públicos de responsabilidade do Paranacidade, em consonância com a regulamentação específica de cada um deles;

VII - fixar as diretrizes e prioridades na gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8917 de 15 de dezembro de 1988, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná;

VIII - aprovar os planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, de responsabilidade da Diretoria Executiva, de cada um dos fundos financeiros públicos geridos pelo Paranácidade, inclusive os do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8917 de 15 de dezembro de 1988, bem como eventuais alterações nestes instrumentos;

IX - aprovar os demonstrativos contábeis e financeiros, o balanço social e os relatórios de gestão, de responsabilidade da Diretoria Executiva, de cada um dos fundos financeiros públicos geridos pelo Paranácidade, inclusive os do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8917 de 15 de dezembro de 1988, bem como eventuais alterações neste instrumento;

X - constituir quando julgar necessário, administrar e coordenar os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação, prevista no parágrafo 1º, inciso VI e parágrafos do artigo 18 desta lei, bem como definir as atribuições previstas;

XI - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade;

XII - aprovar o estatuto da entidade, bem como, as suas alterações;

XIII - aprovar a política e o plano de cargos, salários e benefícios, inclusive a definição das funções necessárias, bem como os regulamentos próprios da entidade, todos por proposta da Diretoria Executiva e as eventuais alterações propostas nos referidos documentos, submetidos à homologação do Governador;

XIV - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XV - definir o objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

XVI - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;

XVII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade.

Art. 11. A competência, atribuição e funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades do Paranácidade serão definidas em Estatuto.

Art. 12. O Presidente do Conselho de Administração será o Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 13. O Conselho de Administração deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, quatro vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Art. 14. Os membros do Conselho de Administração, quando indicados para integrar o quadro da administração superior da entidade, devem renunciar das funções de conselheiros.

Art. 15. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de dois anos, podendo ser renovado uma única vez, por igual período.

Capítulo IV

Do Estatuto e do Registro

Art. 16. O Conselho de Administração aprovará por proposta do Superintendente do Paranácidade, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º Aprovado o Estatuto, o Presidente e Secretário do Conselho de Administração procederão à elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

§ 2º A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membro do Conselho de Administração.

§ 3º As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas para registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

Capítulo V

Do Contrato de Gestão

Art. 17. O Paranácidade fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual, nos termos previstos nesta lei, bem como, seus aditivos, quando necessário.

Art. 18. O Contrato de Gestão referido no artigo anterior, para efeitos desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a interveniência da Secretaria de Estado da Fazenda, representada pelo seu Secretário e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, representada pelo seu Secretário e o Paranácidade, por seus Diretores Administrativo-Financeiro e de Operações, com a finalidade de assegurar a sua autonomia técnica administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - prever as responsabilidades e os mecanismos de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados, assegurando a adequada utilização dos recursos públicos;

II - determinar à Diretoria Executiva a elaboração de Regulamento próprio que discipline e normatize as regras para a captação de recursos humanos, observando os critérios de admissão previstos nesta lei, os princípios da legalidade, impessoalidade moralidade, transparência, legitimidade, publicidade e eficiência e que atenda os preceitos legais inscritos nesta lei, na Constituição Federal e na legislação atinente em vigor, além de permitir à entidade a busca do perfil funcional desejado, mantendo positiva a relação de custo benefício.

III - fixar as condições de repasse das verbas orçamentárias da entidade;

IV - formalizar contrato de locação, para atender o repasse dos bens móveis e imóveis da extinta Famepar ao Paranacidade, nos termos da legislação em vigor;

V - determinar a elaboração, até 30 de novembro de cada ano, para o exercício vindouro, de planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, bem como as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual da entidade;

VI - determinar, para cada exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, a elaboração de relatório da gestão, dos demonstrativos contábeis e financeiros e do balanço social da entidade;

VII - determinar que a execução do Contrato de Gestão seja avaliada por Comissão Especial de Avaliação, sempre que o Conselho de Administração do Paranacidade assim julgar necessário, exclusivamente constituída para esta finalidade, subordinada ao Conselho de Administração do Paranacidade, formada por no mínimo 01 (um) técnico das seguintes Secretarias de Estado: da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Estado da Casa Civil, todos devidamente qualificados, experientes e com formação profissional compatíveis com a matéria em exame.

§ 1º São critérios de admissão, conforme referido no inciso II deste artigo, escolaridade, prova de conhecimentos, prova específica, prova prática, avaliação psicológica e exame médico.

§ 2º O regulamento a que se refere o inciso II, deste artigo, estabelecerá, obrigatoriamente:

a) quais os critérios, dentre os acima previstos, a serem aplicados, de acordo com o emprego a ser provido, havendo a possibilidade de aplicação integral ou parcial dos mesmos;

b) como formas de provimento, exclusivamente, o certame seletivo público, cargos em comissão, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 20 desta lei, e contratações temporárias celebradas na forma da lei estadual;

c) critérios objetivos de avaliação para fins de admissão.

§ 3º O relatório de gestão, especificado no inciso VI deste artigo, deve conter necessariamente, com base em critérios consistentes, a avaliação e o desempenho, enfatizando a qualidade e produtividade, de demonstrativos entre o que foi previsto para o exercício findo e o que

realmente foi atingido, acompanhado das demonstrações contábeis e financeiras e do balanço social pertinente.

§ 4º Os planos especificados no inciso V, deste artigo, devem contemplar, necessariamente, o conjunto de objetivos estratégicos, as atividades, ações previstas, os prazos para execução e as metas desejadas.

§ 5º Os controles previstos nos incisos V e VI deste artigo, devem ser segregados por fundo financeiro público gerido ou programa administrado pela entidade, devendo ser consolidados posteriormente.

§ 6º As atribuições da Comissão Especial de Avaliação, prevista no inciso VII deste artigo, devem contemplar, necessariamente, o exame dos documentos previstos nos incisos V e VI deste artigo, devendo ainda observar:

I - o resultado da avaliação da Comissão deve ser acompanhado de relatório anual conclusivo sobre a avaliação do desempenho administrativo, financeiro e técnico do Paranacidade, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - poderá proceder, a critério do Conselho de Administração do Paranacidade, verificações periódicas *in loco* para mensurar o desenvolvimento das atividades e retorno obtido pelo Paranacidade, inclusive abordando a aplicação de recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, dirigido ao Conselho de Administração;

III - o Conselho de Administração do Paranacidade, após análise dos relatórios previstos neste parágrafo, os encaminhará ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, acompanhado por parecer e recomendações que se fizerem cabíveis, para subsidiar tomadas de decisão acerca da manutenção e aperfeiçoamento do Contrato de Gestão.

Capítulo VI

Da Prestação de Contas

Art. 19. Os recursos públicos geridos pelo Paranacidade e a execução do Contrato de Gestão estarão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo, no que couber, do contido no artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 75 da Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º As contas do Paranacidade serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Sem prejuízo da atividade normal do controle externo, o Paranacidade, encaminhará anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 de abril de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se referem os artigos 17 e 18 desta lei e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

§ 3º A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução das atividades previstas no Contrato de Gestão, baseadas nos planos anuais de ação estratégica, nos planos de trabalho e de metas, no relatório da Comissão Especial de Avaliação, se houver, nas demonstrações

contábeis e financeiras e no balanço social da entidade, todos previstos no artigo 18 desta lei, observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.

§ 4º Anualmente e a qualquer tempo por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente, bem como por parte do Governador do Estado serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

Capítulo VII

Das Receitas

Art. 20. Constituem receitas do Paranacidade:

I - recursos provenientes do repasse do Contrato de Gestão, previsto no artigo 17 desta lei, firmado entre o Estado do Paraná e o Paranacidade;

II - produto resultante de juros e amortizações ou de aplicação de recursos do Paranacidade no mercado financeiro;

III - aporte de recursos municipais, estaduais e federais, de qualquer natureza;

IV - recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

V - doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

VII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

VIII - receitas provenientes de alienação de bens móveis e imóveis;

IX - outros recursos que venham ser destinados.

§ 1º O Paranacidade deverá instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades do seu objetivo social;

§ 2º O repasse previsto no inciso I do *caput*, deste artigo, que será apropriado mensalmente com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, destina-se à manutenção da entidade, incluindo as despesas de custeio, despesas com pessoal, recursos destinados aos investimentos necessários à manutenção e ao desenvolvimento da entidade, bem como para a manutenção do fundo rotativo de caixa, previsto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º Eventuais superávits verificados na apuração de resultados dos exercícios financeiros da entidade, poderão ser aplicados integralmente no seu aperfeiçoamento institucional e/ou na consecução de seus objetivos sociais.

§ 4º O superávit, mencionado no parágrafo anterior, de um determinado exercício, quando não aplicado em qualquer um dos três exercícios subsequentes ao exercício financeiro que o gerou, deverá ser repassado ao

FDU, no quarto exercício subsequente, subtraído deste montante o valor anual previsto para a folha de pagamento de pessoal e encargos do Paranacidade deste último exercício.

Capítulo VIII

Dos recursos Humanos

Art. 21. Caberá à Diretoria Executiva do Paranacidade:

I - a prática de atos concernentes à contratação, administração e dispensa de recursos humanos de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

II - a elaboração do regulamento próprio para a captação de recursos humanos a que se refere o artigo 18, inciso II desta lei, sem prejuízo do disposto no inciso anterior.

§ 1º. As ações do Paranacidade compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas previstas no artigo 7º desta lei, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, contratados por prazo determinado ou não, e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

§ 2º A contratação de pessoal por prazo determinado somente se aplica à elaboração e execução de planos, programas, projetos e serviços de responsabilidade do Paranacidade, no prazo de elaboração e execução destes e, depende de prévia aprovação da Diretoria Executiva.

§ 3º O Regulamento especificado no inciso II do *caput*, incluindo posteriores revisões e alterações, após apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração, deverá ser publicado em Diário Oficial do Estado, para que produza seus efeitos legais.

§ 4º As contratações realizadas pelo Paranacidade também serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, para exame da legalidade, para fins de registro, das admissões a qualquer título, exceto para os cargos em comissão.

Art. 22. Caberá à Diretoria Executiva do Paranacidade, elaborar e manter atualizado o Plano de Cargos, Salários e Benefícios que, além de estabelecer a política salarial e de benefícios dos empregados, instituirá e manterá Plano de Carreira compatível com as necessidades da entidade, contendo inclusive os critérios de seleção, avaliação, promoção e de valorização profissional.

§ 1º Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessários, revistos anualmente.

§ 2º O Plano de Cargos, Salários e Benefícios, bem como as suas revisões e alterações, deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do Paranacidade.

Capítulo IX

Do Patrimônio do Paranacidade

Art. 23. O patrimônio do Paranacidade será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público e privado, nacional e internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar ao Paranacidade.

Art. 24. Com a extinção do Paranacidade os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

Capítulo X

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. O Conselho de Administração do Paranacidade aprovará, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta lei, a reforma do Estatuto do Paranacidade, que será proposto pela Diretoria Executiva da entidade, procedendo logo após as demais providências cabíveis, sem prejuízo das disposições previstas no artigo 16.

Art. 26. O Conselho de Administração do Paranacidade deverá promover a recondução de seus membros, que deverão ser empossados na primeira reunião que ocorrer após a vigência desta lei, que funcionará até a aprovação definitiva dos Estatutos e Regimentos.

Art. 27. A Diretoria Executiva do Paranacidade, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta lei, respeitando também os demais ordenamentos legais, inclusive os que possam suspender a sua efetivação, promoverá:

I - a elaboração de propostas do Plano de Cargos e Salários do Paranacidade, bem como o quadro funcional para execução do Contrato de Gestão, atendidas as normas gerais e princípios estabelecidos nesta lei;

II - a elaboração de proposta para o Regulamento de Contratação de Pessoal, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, atendidas as normas gerais e princípios estabelecidos nesta lei;

III - a sistematização da legislação estadual em vigor, inerente ao objetivo social da entidade, em especial sobre o desenvolvimento urbano regional do Estado, e das assistências técnica e institucional aos municípios paranaenses e de suas formas de atuação.

Parágrafo Único. A sistematização da legislação estadual prevista no inciso anterior, deverá, por determinação da Diretoria Executiva do Paranacidade, ser permanentemente atualizada e mantida à disposição dos interessados para consultas.

Art. 28. Fica garantido o reenquadramento automático de ocupantes de empregos atuais na nova estrutura de Planos de Cargos e Salários.

Art. 29. As contratações de obras, bens e serviços pelo Paranacidade, inclusive para a execução dos Contratos de Gestão com o Estado do Paraná ou seus municípios, serão realizadas mediante procedimentos simplificados, obedecidas as normas gerais e princípios contidos na Lei nº 8666/93.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis Estaduais 11498, de 30/07/96; 12651, de 23/09/99; 12966, de 25/10/00; e 14045, de 05/05/03.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação o projeto ressaltadas as emendas. Discussão...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Peço aos Deputados de Oposição que observem o projeto que vou encaminhar para que todos nós encaminhemos. Vamos obstruir a Sessão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Conversamos com o Líder do Governo para tentar transferir para o dia de amanhã a votação do Paranacidade, porque temos algumas emendas que são importantes para este projeto. Primeiro: esse projeto encaminhado pelo Governo não consigo compreendê-lo; o Paranacidade já foi instituído, foi criado no Governo anterior. Já foi criado o Paranacidade. O que poderia ter vindo a esta Casa, e não é uma questão de ser Governo ou não ser, o que poderia vir a esta Casa é uma emenda modificativa do próprio Governo e aí aceitaríamos. Agora, o que não pode é se criar o que já foi criado. Deputado Dodrandino, por esta razão, antes de encaminhar, nós temos hoje o piso social e esse projeto.

Tenho certeza que se V. Exa. sentar conosco, com a Bancada da Oposição, entraremos num entendimento e amanhã votaremos isso com facilidade. Agora, se formos entrar em obstrução, vamos encaminhar o projeto, vamos encaminhar emenda por emenda e vamos ficar aqui até meia noite, apesar que somos bem pagos e temos que ficar. Mas, acredito que o entendimento é muito melhor, porque primeiro: não pode se criar o que já está criado, o Paranacidade já existe. Se não concordamos com a formatação da criação do Paranacidade pelo Governo anterior, até podemos debater essa questão. O que não podemos é criar o que já existe. Sei que no encaminhamento, Sr. Presidente, não há condições de dar aparte, mas o Líder do Governo está querendo falar e eu estou acreditando no bom-senso. Vamos retirar os Projetos 60 e 230, para que no dia de amanhã, no entendimento, possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos ouvir o Deputado Dobrandino, Líder do Governo, se há consenso.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Se V. Exa. concordar, podemos retirar para amanhã, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 1449, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 060/06, Mensagem nº 013/06. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 060/06.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, agradeço a V. Exa. o 60 e o 230, Deputados Augustinho Zucchi, que é o entendimento com o Líder.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ficam então os dois retirados por uma Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a V. Exa. e ao Líder do Governo pelo entendimento. E não tenho dúvida que depois da Sessão poderemos discutir essas questões que há divergências.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

2ª Discussão

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/06, que objetiva instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. ÀS EMENDAS 04, 05, 06, 07 e 08 CONTRÁRIO ÀS EMENDAS 01, 02 e 03.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 230/06

P A R E C E R :

O presente exame tem o cunho de proceder análise, na forma regimental, das emendas de Plenário interpostas ao Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo, oriunda da Mensagem Governamental nº 033/06, que objetiva instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar.

Tendo o projeto de lei recebido oito emendas de Plenário, cumpre a esta Comissão de Constituição e Jus-

tiça tecer as seguintes considerações individualizadas de cada emenda apresentada:

Emendas nº 01 e 02 - Altera a redação dos artigos 1º e 2º da Proposta Governamental, ampliando a concessão do Piso Social Complementar aos servidores militares temporários.

No que concerne a intenção legislativa dos proponentes, observamos que não atendem aos anseios dos servidores militares de menor remuneração, pois já se encontram em patamar superior, ganhando no mínimo R\$ 814,19 (oitocentos e quatorze reais e dezenove centavos). Portanto, concluímos que essas propostas de emenda ao projeto são inócuas por não atingirem a intenção legislativa de beneficiar aos postos militares de baixa renda.

Já a intenção legislativa de atingir aos contratados por tempo indeterminado, conotamos que o objeto da proposta não atinge tal pessoal, pois esse grupo de trabalhador temporário é regido pela Lei Complementar Federal nº 108, de 18 de maio de 1995, não podendo a Lei Estadual, mudar as regras impostas pela legislação competente superior.

Emenda 03 - Altera a redação do artigo 3º, suprimindo-lhe incisos.

Constatamos que há conflito de natureza hermenêutica, pois confunde vencimentos base com remuneração, possibilitando agressão aos preceitos contidos no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal, que fixa os limites de remuneração a servidores públicos e que estabelece, também, a inclusão de vantagens pessoais ou de qualquer natureza no conceito de remuneração. Portanto depreende-se que a emenda contraria o preceito constitucional federal.

Emenda 04 - Altera a redação do parágrafo 2º, do artigo 3º.

A proposta de inclusão do 13º salário na base de cálculo do Piso Social Complementar é inócua, pois o trabalhador que recebe o Piso, já terá direito ao valor correspondente como complementação salarial, no cálculo do 13º salário.

Emenda 05 - Suprime o Parágrafo 1º, do artigo 2º, denominando o parágrafo 2º, como parágrafo único.

Nada encontramos que possa constitucional, legal ou regimentalmente impedir a normal tramitação desta emenda até a deliberação final do douto Plenário.

Emenda 06 - Suprime o artigo 4º.

A proposta da emenda ocasionará a diminuição do benefício da complementação do Piso proposto, pois obrigará o servidor a descontar a previdência sobre o Piso Social. Os inativos já estão amparados no *caput* do artigo 1º da proposição.

Mas, no que concerne à constitucionalidade e legalidade da emenda, nada encontramos que possa impedir a sua análise final pelo Plenário.

Emenda 07 e 08 - Acrescenta novos parágrafos ao artigo 2º, da Proposta.

Nada encontramos que possa impedir a normal tramitação destas emendas, pois não foram constatados óbices quanto a constitucionalidade, estando as mesmas em condições de merecer a deliberação do Plenário.

Procedido o exame, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta seu parecer à tramitação das **emendas de n°s 04, 05, 06, 07 e 08**, por não ter sido encontrado nenhuma inconstitucionalidade e não implicar em impactos financeiros e orçamentários concernentes a Lei Complementar Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, rejeitando, pelas inconstitucionalidades acima descritas, as **emendas de n°s 01, 02 e 03**.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Barbosa Neto, Carlos Simões,
Antonio Anibelli e Pastor Edson Praczyk.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1451, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 230/06, Mensagem nº 033/06. **Aprovado**.

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão o Projeto de Lei nº 230/06.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 750/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, concedendo título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Maurício Milani Rua - Maurício Shogun. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Projeto Publ. em 29.11.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 750/05

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Neivo Beraldin o Projeto de Lei nº 750/05, pretende conceder o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Maurício Milani Rua, natural de Curitiba, Estado do Paraná.

Da Legalidade

Sob a ótica da estrita legalidade o projeto de lei se enquadra nos dispositivos da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001:

Verbis:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que

tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza público ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projeto de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura (redação da Lei 14.677/05);

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) deputados representando-o na Assembléia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura." (redação da Lei 14.677/05)

§ 3º...

Art. 3º O projeto de lei que versar sobre concessão de título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito está sujeito a deliberação mediante votação secreta.

O PDT agremiação a que se filia o autor, já apresentou no prazo da lei seis projetos de lei, com o teor do artigo 1º da lei de honorabilidades. Assim, o Projeto de Lei nº 750/05 se encontra dentro das possibilidades legais.

Do Voto

Dada a regularidade legal e seu enquadramento face às disposições da Lei Complementar nº 095/1998 no referente à técnica legislativa, somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Convido a Sra. 1ª Secretária Cida Borghetti para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

Procede à chamada nominal.

Trinta e nove Deputadas votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e nove Deputados votaram. Convido os Srs. Deputados Elio Rusch, Francisco Bühner e Fernandes Litro para fazerem a contagem de votos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e sete votos SIM.

Portanto, do Projeto de Lei nº 750/05, **está aprovado o título.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1405 e 1435, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1406, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1409, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1410, 1411 e 1447, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1412, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1413 a 1422 e 1434, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1423, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1425 a 1428, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Prejudicados.**

Requerimentos nºs 1429 a 1433, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1436, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1437 a 1439, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1440, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1441 e 1442, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1448, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 060 e 230/06.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 586/05, 167 e 261/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 750/05.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 693, 780, 796 e 139/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 384/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3525, datado de 4 de maio de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula nº 513, portador da Carteira de Identidade 357.722, e do CPF nº 028.022.959/34, com inscrição na OAB, Seção do Paraná, sob nº 17.872, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador 1ª Classe, nível NU-1, de acordo com o artigo 35, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, e nos termos do artigo 11, da Resolução nº 52/89, combinado com os artigos 2º e parágrafos 2º e 3º, e artigo 3º e seus parágrafos 2º e 3º, da Lei Estadual nº 8936/89, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, e parágrafo único da Resolução nº 007/04, de 20.09.04, autorizada pela Lei nº 13.950/02, acrescidos de verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90, de 18.01.90, mais trinta e cinco por cento (35%) de adici-

onais por tempo de serviço referentes a sete (07) quinquênios, à razão de cinco por cento (05%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º, da supracitada lei complementar, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 46, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissões

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e seis, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua terceira Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 032/06. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari abriu a reunião, passando a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró, Relator da Proposição nº 032/06, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, em seu artigo 14, referente ao mês de abril de 2006. A matéria proposta mereceu a devida análise, e o Relator decidiu que as contas encontram-se exatas, uma vez que atendem à legislação em vigor, concluindo pelo parecer favorável, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(a) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 434/05 e 238/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 793/05, 203/06 e 232/06 e a Deputada Cida Borghetti apresentou os Projetos de Lei nºs 586/05, 732/05, 093/06, 167/06, 197/06 e 261/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária